

Relatório de Atividades

3º Trimestre



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo



COMPOSIÇÃO – TERCEIRO TRIMESTRE DE 2025

Presidência

Conselheiro Antonio Roque Citadini (até 18/8/2025)
Conselheira Cristiana de Castro Moraes (a partir de 19/8/2025)

Vice-Presidência

Conselheira Cristiana de Castro Moraes (até 18/8/2025)
Conselheiro Dimas Ramalho (a partir de 10/9/2025)

Corregedoria

Conselheiro Dimas Ramalho (até 9/9/2025)
Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli (a partir de 10/9/2025)

Conselheiros

Renato Martins Costa
Sidney Estanislau Beraldo
Marco Aurélio Bertaiolli
Maxwell Borges de Moura Vieira
Wagner de Campos Rosário (a partir de 25/9/2025)

Corpo de Conselheiros Substitutos – Auditores

Auditor Alexandre Manir Figueiredo Sarquis – Coordenador

Conselheiros Substitutos – Auditores

Antonio Carlos dos Santos
Josué Romero
Márcio Martins de Camargo
Samy Wurman
Sílvia Monteiro
Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Letícia Formoso Delsin Matuck Feres – Procuradora-Geral

Procuradores

Celso Augusto Matuck Feres Junior
Élida Graziane Pinto
João Paulo Giordano Fontes
José Mendes Neto
Rafael Antonio Baldo
Rafael Neubern Demarchi Costa
Renata Constante Cestari
Thiago Pinheiro Lima

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCESP

Denis Dela Vedova Gomes – Procurador-Chefe

Procuradores

Carim José Feres
João Carlos Pietropaolo
Débora Sammarco Milena
Fernanda Bardichia Pilat Yamamoto
Paolo Saraiva Garcia
Roberto Pereira Perez

Secretaria-Diretoria Geral – SDG

Germano Fraga Lima

Departamento Geral de Administração – DGA

Carlos Eduardo Corrêa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier

SUMÁRIO

1.	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO TRIMESTRE	5
2.	CORPO DIRETIVO.....	33
3.	DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS.....	34
3.1.	FÍSICOS	34
3.2.	ELETRÔNICOS.....	34
4.	DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS	35
4.1.	PELO TRIBUNAL PLENO.....	35
4.2.	PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS.....	35
4.3.	PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES.....	35
4.4.	PELOS CONSELHEIROS SUBSTITUTOS - AUDITORES.....	35
4.5.	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC.....	36
4.6.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE.....	36
5.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	37
5.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG	37
5.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).....	37
5.1.2.	Departamentos de Supervisão da Fiscalização – DSFs I e II	37
5.1.3.	Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC	40
5.1.4.	Departamento de Instrução Processual Especializada – DIPE	40
5.1.5.	Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp	40
5.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA.....	41
5.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	41
5.2.2.	Planejamento e Orçamento	41
5.3.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI	52
5.4.	GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA – GTP	53
5.5.	ESCOLA PAULISTA DE CONTAS PÚBLICAS – EPCP	53
5.6.	DIRETORIA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS – DPROC	55
5.7.	DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE	56
5.8.	DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP.....	57
5.9.	OUVIDORIA	58
5.10.	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	58
5.11.	DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DCS	59
5.12.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	61
5.13.	ASSESSORIA POLICIAL CIVIL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	61
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
	ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Processos Instruídos – DSFs.....	37
Tabela 2 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais	38
Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais.....	38
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas Correntes.....	45
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas de Capital	46
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas Correntes	47
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas de Capital	48
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas Correntes.....	49
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas de Capital	50
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas Correntes	51
Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas de Capital	52
Tabela 12 - Atividades da EPCP - 3º trimestre	54
Tabela 13 - Atividades da Diretoria de Gerenciamento de Processos	55
Tabela 14 - Comunicados expedidos pelo GP	62
Tabela 15 - Comunicados expedidos pela SDG.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 3º trimestre	36
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual.....	39
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal	39
Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria	58
Gráfico 5 - Menções feitas ao TCESP na mídia convencional.....	59

APRESENTAÇÃO



CONSELHEIRA CRISTIANA
DE CASTRO MORAES
Presidente do TCESP

No terceiro trimestre de 2025, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo reforçou sua missão constitucional, com atuação independente, rigor técnico e atenção permanente ao interesse público, buscando contribuir para a boa governança e para a qualidade dos serviços prestados à população.

*No campo do controle externo, destacou-se a **III Fiscalização Ordenada de 2025**, voltada às condições da alimentação escolar em 371 escolas estaduais e municipais, iniciativa que reuniu informações relevantes para qualificar a gestão e fortalecer a entrega desse serviço essencial aos estudantes.*

*Na agenda institucional, a **XXIII Semana Jurídica** ocupou lugar de destaque entre os eventos do período, promovendo debates e atualização técnica com a participação de membros do Tribunal, juristas, servidores e gestores públicos, reforçando o papel do TCESP na difusão e troca de conhecimento.*

*O trimestre também foi marcado pela **aposentadoria do Conselheiro Antonio Roque Citadini**, celebrada com homenagens que reconheceram seus mais de 37 anos de dedicação ao Tribunal; em decorrência, assumi a Presidência da Corte, reafirmando a continuidade institucional e o compromisso com a boa governança, a transparência e a inovação no controle externo, ao mesmo tempo em que o TCESP empossou Wagner de Campos Rosário como novo Conselheiro.*

Este relatório, elaborado em atenção ao artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista, c/c o artigo 3º, IX, da Lei Orgânica desta Corte e artigo 27, XXXV, do Regimento Interno, reúne as principais atividades desenvolvidas no terceiro trimestre de 2025, tanto no exercício do controle externo quanto na gestão administrativa interna.

1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO TRIMESTRE

FISCALIZAÇÕES

Fiscalização ordenada em escolas públicas municipais e estaduais



Em 29 de setembro, uma Fiscalização Ordenada percorreu 371 escolas públicas — 262 municipais e 109 estaduais — distribuídas por 265 municípios, com a mobilização de 382 Auditores e o apoio de nutricionistas do Conselho Regional de Nutrição da 3ª Região. No foco da iniciativa, estiveram as condições de preparo e distribuição da alimentação escolar, a presença e atuação de profissionais de nutrição e as rotinas de armazenamento de alimentos.

A fiscalização mapeou oportunidades de aprimoramento nas rotinas da alimentação escolar, com foco em controles de validade e temperatura, armazenamento, conservação de equipamentos, padronização das equipes, potabilidade da água, uso de fichas técnicas, testes de aceitabilidade e registros de acompanhamento pelos Conselhos de Alimentação Escolar. Também foram identificadas necessidades de adequação em infraestrutura, como ventilação, áreas de refeições e condições das cozinhas.

As informações consolidadas contribuirão para o aperfeiçoamento das políticas públicas de alimentação escolar e para qualificar a tomada de decisão dos gestores, em benefício dos estudantes.

DESTAQUES DOS JULGAMENTOS**Regimes Próprios de Previdência Social no Estado de São Paulo**

Já na sessão do Tribunal Pleno de 30 de julho, foram apresentados os resultados da Auditoria Extraordinária voltada aos 218 Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) no Estado, além da autarquia São Paulo Previdência (SPPREV), reforçando a transparência sobre a situação examinada e os achados consolidados do trabalho. A auditoria, aprovada por unanimidade em 7 de maio e relatada pelo Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli, foi motivada por apurações de âmbito nacional conduzidas pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União, relacionadas ao INSS, com referência a movimentações estimadas em cerca de R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024.

No Estado de São Paulo, os 218 RPPS municipais abrangeram, no exercício de 2024 (ano-base 2023), mais de 450 mil servidores ativos e 185 mil aposentados e pensionistas; na SPPREV, estadual, no exercício de 2023, foram mais de 966 mil beneficiários. O trabalho ofereceu uma visão geral sobre a administração de consignações, com foco em regras internas, documentação de suporte e rotinas de conferência, indicando oportunidades de padronização e fortalecimento de controles para ampliar a segurança dos beneficiários e a previsibilidade da gestão.

Com base nesse diagnóstico, o Conselheiro-Relator propôs providências para aprimorar a governança dos consignados, com organização e atualização documental, melhoria das rotinas de validação de autorizações, revisão de práticas de conferência e intensificação do acompanhamento junto às entidades consignatárias.

Deliberação – Atividade Delegada – Classificação da Despesa



Em deliberação tomada na 22ª Sessão Ordinária do Pleno, de 20 de agosto de 2025, firmou-se o entendimento de que a gratificação por desempenho de atividade delegada, custeada pelos Municípios, não integra a despesa total com pessoal prevista no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, impondo-se seu registro no grupo “Outras Despesas Correntes”.

A orientação alcança as gratificações vinculadas a convênios do Programa de Atividade Delegada, relacionados à gestão associada de serviços públicos delegados às Polícias Civil e Militar, com o objetivo de conferir maior uniformidade à contabilização municipal.

O entendimento considerou diretrizes do Manual de Demonstrativos Fiscais (14ª edição) e estudos técnicos interno, tendo sido formalizado por meio da **Deliberação (SEI n. 0012869/2025-63)**, editada e publicada para orientar a classificação contábil dessas despesas.

CAPACITAÇÕES

Audesp – Terceiro Setor e Atos de Pessoal



No dia 11 de julho, a agenda institucional abriu espaço, na Capital, para um tema de impacto direto na rotina de prestação de contas: o “Sistema Audesp Fase V”. No Auditório Nobre “Professor José Luiz Anhaia de Mello”, a palestra dedicada ao módulo de prestação de contas destacou pontos centrais de uso e encaminhamentos operacionais.

O encontro, pensado como um espaço de diálogo e orientação, reuniu servidores estaduais e municipais, representantes de entidades do Terceiro Setor e profissionais de Tecnologia da Informação responsáveis pelo envio de dados ao TCESP. Na ocasião, foram apresentadas diretrizes para utilização do módulo de prestação de contas dos repasses ao Terceiro Setor — em fase piloto em 2025 e com adoção obrigatória a partir de 2026 —, além de esclarecimentos de dúvidas sobre o novo procedimento; o conteúdo ficou disponível no canal da Escola Paulista de Contas Públicas no YouTube.

Na sequência, em 24 de julho, o TCESP promoveu palestra dedicada à Fase III do Sistema Audesp — Atos de Pessoal e seus novos módulos —, voltada a servidores que atuam na gestão de pessoal e realizam a prestação de contas pelo Sistema. Foram detalhadas as novas funcionalidades e as etapas para sua entrada em produção, permitindo que os jurisdicionados se organizassem com antecedência para os ajustes necessários e para o encaminhamento das informações de forma adequada à Corte de Contas paulista.

XXIII Semana Jurídica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

XXIII SEMANA
JURÍDICA 2025

11 a 14/8
10h | 12h
AUDITÓRIO NOBRE


Inscreva-se em
go.tce.sp.gov.br/juridica2025

 **TCESP**
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

11/8 Segunda	12/8 Terça	13/8 Quarta	14/8 Quinta
 Alexandre de Moraes Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)	 Maria Paula Dallari Bucci Jurista, advogada e professora da Faculdade de Direito da USP	 João Paulo Schoucair Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	 Samuel Kinoshita Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Em alusão ao Dia do Advogado, celebrado em 11 de agosto, a XXIII Semana Jurídica foi realizada de 11 a 14 de agosto, reafirmando seu caráter tradicional no calendário do TCESP. Voltada ao debate qualificado e à atualização de servidores, jurisdicionados e demais interessados em controle externo, a programação contou com transmissão ao vivo pelo canal do TCESP no YouTube. O evento registrou a participação de 50 Conselheiros representantes de 33 Tribunais de Contas do país.

Na abertura, o Ministro do STF Alexandre de Moraes tratou de temas ligados aos desafios do mundo jurídico, à autonomia do Judiciário, à segurança jurídica e ao fortalecimento das instituições, ocasião em que recebeu homenagens, incluindo o Colar do Mérito da Justiça de Contas. No segundo dia, a jurista e professora da USP Maria Paula Dallari Bucci apresentou a palestra “A Transformação do Estado”; em 13 de agosto, o Conselheiro do CNJ João Paulo Santos Schoucair abordou “Segurança e soluções contra as atividades criminosas no Brasil”; e, no encerramento, em 14 de agosto, o Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Samuel Kinoshita, expôs reflexões sobre “A Reavaliação Econômica da Política Pública”.

Aprimoramento da fiscalização do TCE SP



Oficinas técnicas

Como parte da XXIII Semana Jurídica, entre 11 e 14 de agosto, o Auditório Nobre sediou oficinas técnicas voltadas ao fortalecimento da fiscalização e à troca de experiências sobre temas centrais da gestão pública. Reunindo cerca de 100 servidores das 31 Unidades de Fiscalização (Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais), os encontros ampliaram o repertório técnico e favoreceram o alinhamento de entendimentos sobre diretrizes de atuação da Corte.

Temas e alinhamento

A programação contemplou áreas como Educação, Saúde, Licitações, Dívida Ativa, Defesa Civil e Saneamento Básico, combinando atualização normativa e troca de experiências. Entre os pontos de destaque, discutiu-se a proposta do Plano Global de Fiscalização, concebida para aproximar práticas de trabalho das metodologias internacionais de auditoria e do Planejamento Estratégico institucional, favorecendo maior coerência, foco e integração nas ações de controle.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica



LIVE pelo YouTube

Complementações ao FUNDEB

Orientações gerais para municípios de VAAR e VAAT

18/8
SEGUNDA
10h30 | 12h

streaming.tce.sp.gov.br/lives

ABERTURA
Cristiana de Castro Moraes
Vice-Presidente do TCESP
Germano Fraga Lima
Secretário-Diretor Geral do TCESP

PALESTRANTES
Leonardo Cristiano
Diretor Técnico de Divisão - DCE
Roberta Veras
Diretora Técnica de Divisão - 6ª DF

INSCREVA-SE
go.tce.sp.gov.br/fundeb

TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Em 18 de agosto, uma live dedicada ao tema “Complementações ao Fundeb – orientações gerais para municípios de Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) e Valor Aluno Ano Total (VAAT)” abriu espaço para esclarecimentos e encaminhamentos práticos. Com transmissão pelo canal da Escola Paulista de Contas Públicas no YouTube, o encontro foi iniciado com falas de abertura da Conselheira Cristiana de Castro Moraes e do Secretário-Diretor Geral, Germano Fraga Lima.

IV Congresso Internacional de Direito Financeiro e Cidadania



Nos dias 25 e 26 de agosto, o Auditório Nobre tornou-se ponto de encontro do **IV Congresso Internacional de Direito Financeiro e Cidadania**. A programação reuniu especialistas e participantes interessados, combinando atualização de debates em Direito Financeiro com uma proposta formativa dirigida a servidores e à sociedade.

Congresso e objetivo:

O evento teve como eixo a discussão de atualizações legislativas em Direito Financeiro e a difusão de conhecimentos voltados à cidadania fiscal. A abertura contou com palestra do Ministro do STF André Mendonça, que ressaltou a complexidade do tema e o papel central dos Tribunais de Contas no acompanhamento das finanças públicas.

Programação temática:

Ao longo dos dois dias, os painéis ampliaram o diálogo entre academia, controle e administração pública. No primeiro dia, destacaram-se debates como “Fundos na Reforma Tributária”, com a participação da Professora Misabel Derzi (UFMG) e do Professor Heleno Torres (USP), e “Direito Financeiro e Inteligência Artificial”, no qual o Desembargador Marcus Abraham abordou possibilidades de uso de IA para ganhos de eficiência no controle externo. No segundo dia, a conferência de abertura foi proferida pelo Professor Régis Fernandes de Oliveira (USP), com o tema “O que a Literatura nos diz sobre o Direito Financeiro”.

Encerramento e parcerias:

O encerramento foi dedicado ao tema “A Importância do Sistema de Controle Externo para a Democracia”, em conferência conduzida pela Conselheira Cristiana de Castro Moraes, com participações do Ex-Ministro do STF Carlos Ayres Britto (por videoconferência) e Carlos Velloso, além de Conselheiros de Tribunais de Contas e acadêmicos. O Congresso foi promovido pelo TCE-SP em parceria com o TCE-MG, a Fundação Arcadas, USP, UFMG, o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Instituto de Direito Financeiro (IDFin).

Gestão de recursos públicos voltada ao Terceiro Setor



No dia 27 de agosto, a pauta da boa governança no Terceiro Setor ganhou destaque em capacitação realizada no Auditório Franco Montoro, na Alesp. Com condução de Diretores-Técnicos do TCE SP, o encontro abordou aspectos centrais da gestão de recursos públicos e seus cuidados na execução de parcerias.

O seminário também contou com a presença de dirigentes e representantes de entidades de diversas regiões do Estado e foi organizado pelo Instituto do Legislativo Paulista (ILP) e pelo Núcleo de Avaliação Estratégica (NAE) da Alesp, em conjunto com a Escola Paulista de Contas Públicas do TCE SP, no âmbito de parceria educativa previamente firmada entre as instituições.

Com abordagem prática e orientativa, a programação apresentou diretrizes amparadas na legislação e na jurisprudência, apoiadas em situações típicas do dia a dia das parcerias. Foram tratados temas como planejamento, chamamento público, formalização, execução e prestação de contas, reforçando boas práticas de transparência, fortalecimento do controle interno e a contribuição do controle externo para parcerias mais íntegras, eficientes e alinhadas ao interesse público.

Parcerias Público-Privadas e Concessões



Em 27 de agosto, a agenda de capacitação ganhou uma nova oferta de formação com o lançamento, na Capital, do Curso de Extensão Avançado em Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Concessões. A apresentação, realizada no Auditório “Ministro Genésio de Almeida Moura”, destacou a proposta de aprofundar temas sensíveis à gestão pública, contemplando desde a fase de desenho do projeto até a execução contratual.

Destinada a servidores com conhecimento intermediário ou avançado sobre o tema, a capacitação aprofunda conteúdos como estruturação de projetos, modelagem econômico-financeira, análise de riscos, fiscalização de contratos e atuação dos Tribunais de Contas, com base em experiências reais e boas práticas do setor público, conduzidas por docentes especializados.

Com carga horária de 150 horas, o curso foi organizado em três módulos:

Módulo 1 (27 a 29 de agosto), dedicado a temas introdutórios, panorama geral, papel estratégico do controle em PPPs e concessões, estruturação de projetos e controle externo; Módulo 2 (30 de setembro a 29 de janeiro de 2026), voltado à aplicação prática dos conceitos; e Módulo 3 (16 a 18 de março de 2026), com foco específico em PPPs e Concessões para Tribunais de Contas.

A programação inclui ainda estudos de caso, iniciados em 10 de abril, e um workshop de encerramento previsto para 29 de maio de 2026. Como atividade final, os participantes desenvolverão materiais para o Manual de Boas Práticas e Controle em Concessões e PPPs, contribuindo para o fortalecimento das diretrizes institucionais, a difusão do conhecimento e o aprimoramento da atuação técnica do TCE SP.

Curso sobre a Nova Lei de Licitações



Em 22 de setembro, o encontro **“Formação QualificAÇÃO Licitações”** reuniu servidores em uma dinâmica simultânea, com atividades presenciais realizadas, ao mesmo tempo, em quatro municípios. A iniciativa buscou apoiar a implementação da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), articulando uma visão geral da norma, referências de jurisprudência e os principais entendimentos da Corte.

Em Araçatuba, o evento contou com a participação da Presidente do TCESP, Conselheira Cristiana de Castro Moraes; em Araraquara, a abertura foi conduzida pelo Vice-Presidente, Conselheiro Dimas Ramalho; em Mogi das Cruzes, pelo Conselheiro-Corregedor Marco Aurélio Bertaiolli; e, na Capital, o encontro ocorreu no Auditório Nobre “Professor José Luiz de Anhaia Mello”, com abertura do Conselheiro Renato Martins Costa.

Ao final, foi anunciada uma trilha de ensino a distância para complementação do curso, ampliando as possibilidades de atualização contínua dos participantes, em sintonia com outras ações de orientação em licitações e contratos divulgadas pelos canais institucionais do TCESP.

Dez anos da Agenda 2030: Avanços e Desafios



Em 29 de setembro, uma live voltada a gestores, servidores e ao público em geral promoveu o debate “**10 Anos da Agenda 2030: avanços e desafios**”. A transmissão abriu espaço para refletir sobre conquistas acumuladas e pontos de atenção na trajetória de implementação da Agenda 2030.

O encontro discutiu os principais avanços da primeira década da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como os desafios para alcançar as metas até 2030, sob a perspectiva do TCESP, do MPC-SP, do Governo do Estado e da Academia. Durante a transmissão, foram apresentados o novo Painel dos ODS da Corte, ferramenta para aprimorar a gestão pública e incentivar o controle social, e a Cartilha do Observatório do Futuro do TCESP, voltada à capacitação de gestores, servidores e também à conscientização da sociedade sobre os ODS.

Trilha de Aprendizagem: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

No mesmo evento, a pauta ganhou um encaminhamento concreto com o lançamento da **Trilha de Aprendizagem “ODS na Prática”**, apresentada em live ao público-alvo de gestores, servidores e cidadãos. O curso oferece um guia prático



sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sua relação com as dimensões do IEG-M, com foco na melhoria da qualidade dos produtos e serviços entregues à população. Com dez módulos, reúne conteúdos didáticos, vídeos, manuais e boas práticas, além de indicações de livros, filmes, documentários, podcasts e do desafio EPCPlay. O conteúdo completo está disponível em <https://go.tce.sp.gov.br/trilhaods>.

INSTITUCIONAL

Exposição em homenagem a Washington Luís



Em 2 de julho, o Memorial do Tribunal de Contas abriu ao público a exposição **“O Paulista de Macaé: Washington Luís e os 100 anos do TCESP”**, que aproxima a trajetória de Washington Luís — figura central na criação e organização do Tribunal — do centenário da instituição, celebrado em maio de 2024; a mostra reúne documentos, imagens e conteúdos históricos e segue com visitação gratuita, de segunda a sexta-feira, das 10h às 15h, até janeiro de 2026.

Revista Cadernos da Escola Paulista de Contas Públicas



No trimestre, a Escola Paulista de Contas Públicas disponibilizou, no portal do TCESP, a 14ª edição da revista digital semestral “Cadernos”, reforçando a difusão de conteúdo técnico e institucional.

Com enfoque em igualdade de gênero, a edição reúne artigos, entre os quais trabalhos vencedores do Prêmio Álvaro Gomes da Rocha Azevedo 2024, concedido no II Concurso de Monografias do TCESP, além de textos selecionados ao longo de 2024 e 2025. Integrada às ações pedagógicas da Corte, a revista amplia o espaço para que acadêmicos, pesquisadores e profissionais dos setores público e privado compartilhem análises e perspectivas sobre temas relevantes da Administração Pública.

Aposentadoria do Conselheiro Antonio Roque Citadini



Em 19 de agosto, o Conselheiro Antonio Roque Citadini aposentou-se, após 37 anos de atuação. Decano da Corte, Citadini ingressou no TCESP em abril de 1988 e exerceu a Presidência em seis mandatos (1991, 1998, 2007, 2013, 2019 e 2025), além de ocupar os cargos de Vice-Presidente e Corregedor. Em seu último ano no Tribunal, liderou a 29ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais, visitando 20 municípios paulistas ao lado de Conselheiros e servidores da Corte, e recebendo diversas homenagens de gestores locais.

Formado em Direito pela USP, Roque Citadini teve papel central na descentralização do TCESP, defendendo a criação dos Escritórios Regionais — hoje 20 Unidades Regionais distribuídas pelo interior e litoral do Estado. Antes de integrar o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, atuou como Consultor Jurídico da Câmara Municipal de São Paulo, Advogado credenciado no TRE, Assessor Jurídico da Prefeitura de Santo André, Advogado do Sindicato dos Condutores de Veículos, Diretor Administrativo e Diretor-Presidente da Comgás, além de integrar os Conselhos de Administração da CESP, da Eletropaulo e da Companhia Paulista de Força e Luz.

Posse da Conselheira Cristiana de Castro Moraes na Presidência



Em 19 de agosto, a Conselheira Cristiana de Castro Moraes assumiu a Presidência da Corte, sucedendo o Conselheiro Antonio Roque Citadini, para o restante do mandato de 2025.

Natural de Belo Horizonte e servidora de carreira do Corpo de Conselheiros Substitutos - Auditores do TCESP, Cristiana de Castro Moraes tomou posse como Conselheira em 23 de abril de 2012, tornando-se a primeira mulher a integrar o Colegiado da Corte. Exerceu a Presidência do Tribunal em 2015 e 2021.

A Conselheira Cristiana de Castro Moraes é Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (1990) e em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006). Além disso, possui Mestrado em Administração pela UFRGS (1993) e pós-graduações em Contabilidade (UFES – 2000), Direito Público (Centro Universitário Salesiano – 2008) e Direito Penal (UCDB – 2009).

Sessão Especial de eleição de Vice-Presidente e Corregedor do TCESP



No dia 10 de setembro, em Sessão Especial, a Corte definiu a Mesa Diretora para o período remanescente de 2025. Para o complemento do mandato de 2025, o Conselheiro Dimas Ramalho foi eleito Vice-Presidente, e o Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli, Corregedor.

A sessão foi conduzida pela Presidente do TCESP, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, e contou com a presença dos demais Conselheiros, do Conselheiro Substituto-Auditor Samy Wurman, da Procuradora-Geral de Contas Leticia Formoso Delsin Matuck Feres, do Procurador-Chefe da Fazenda do Estado, Denis Dela Vedova Gomes, e do Secretário-Diretor Geral, Germano Fraga Lima. Após a votação, o Conselheiro-Decano Renato Martins Costa realizou o escrutínio e anunciou o resultado.

Conselheiro desde 2012 e duas vezes Presidente da instituição, o Conselheiro Dimas Ramalho agradeceu a confiança e destacou o compromisso de fortalecer a atuação fiscalizatória do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Já o novo Corregedor, Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli, relembrou sua chegada à Corte em 2023 e ressaltou a importância de assumir a função pela primeira vez.

Comitê de Gestão Estratégica do TCESP



Em 17 de setembro, sob coordenação do Conselheiro Dimas Ramalho, representantes de áreas técnicas, diretorias, departamentos e gestores se reuniram para acompanhar, com olhar prático, os projetos e ações em andamento previstos no Plano Estratégico 2022–2026.

A reunião foi dedicada ao alinhamento institucional e ao monitoramento da execução das iniciativas, com a apresentação dos 11 Objetivos Estratégicos e dos projetos prioritários selecionados para 2025, reforçando o direcionamento comum entre as áreas e a conexão entre planejamento e resultados.

Responsável por propor, desenvolver e acompanhar iniciativas vinculadas à missão institucional, o Comitê de Gestão Estratégica contribui para dar continuidade às ações ao longo do ciclo de planejamento, com frentes estruturantes voltadas ao fortalecimento da gestão de pessoas, à modernização tecnológica e ao aprimoramento de processos internos, para qualificar as entregas à sociedade.

Posse administrativa do Conselheiro Wagner de Campos Rosário



No dia 25 de setembro, o Gabinete da Presidência foi o cenário da cerimônia de posse administrativa de Wagner de Campos Rosário como novo Conselheiro da Corte. A nomeação preenche a vaga anteriormente ocupada por Antonio Roque Citadini.

A solenidade reuniu Conselheiros, membros, diretores, servidores e familiares do empossado. Indicado pelo Governador Tarcísio de Freitas, Wagner Rosário teve seu nome aprovado pela Assembleia Legislativa após sabatina em 2 de setembro e votação em 23 de setembro. Natural de Juiz de Fora (MG), Rosário é formado em Ciências Militares pela Academia das Agulhas Negras, com pós-graduação pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Mestrado em Combate à Corrupção e Estado de Direito pela Universidade de Salamanca.

Com longa trajetória na Controladoria-Geral da União (CGU), foi o primeiro servidor de carreira a ocupar os cargos de Secretário-Executivo e Ministro da instituição (2017–2022), atuando em investigações de combate à corrupção em parceria com órgãos federais e estaduais. Desde 2023, chefiou a Controladoria-Geral do Estado de São Paulo (CGE-SP), antes de integrar o TCESP como Conselheiro.

Podcast do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



A produção em áudio da Escola Paulista de Contas Públicas ganhou repercussão além das fronteiras: o PodContas foi incluído entre os melhores podcasts globais de Administração Pública, de acordo com o ranking da plataforma independente MillionPodcasts. Na categoria Setor Público, o programa conquistou a 44ª posição global, além de ocupar o 42º lugar entre os *podcasts* dedicados a

conteúdos de Administração Pública. Publicado de forma ininterrupta desde setembro de 2020, o PodContas reúne 129 episódios voltados a gestores e servidores públicos, oferecendo informações, orientações e análises que fortalecem o conhecimento sobre o controle externo exercido pelo TCESP.

Nova cartilha do Observatório do Futuro

No conjunto de iniciativas voltadas à promoção de boas práticas — e em sintonia com a Agenda 2030 —, entrou em circulação a nova versão da Cartilha do Observatório do Futuro.



Voltado à capacitação de gestores, servidores públicos e à conscientização da sociedade, o material apresenta os conceitos essenciais da Agenda 2030, o papel dos governos locais e estaduais, a atuação do TCESP, informações sobre o Observatório do Futuro, indicadores da Corte e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A edição 2025 traz novidades como *QR Codes* que direcionam a publicações do Tribunal, cursos e eventos gratuitos, conteúdos sobre gestão estratégica, atuação socioambiental registrada no Plano de Logística Sustentável, além de séries e palestras promovidas pelo Observatório do Futuro. A íntegra da cartilha está disponível no *link* <https://go.tce.sp.gov.br/ouz0n7>.

Lançado em 2018 em parceria com o PNUD, o Observatório do Futuro monitora a implementação dos ODS, desenvolve estudos e promove capacitações, contribuindo para a sistematização de dados e disseminação de boas práticas alinhadas à Agenda 2030.

Painel dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



O Painel dos ODS ganhou nova atualização, com recursos ampliados para transformar dados em apoio prático à gestão e em insumo para o controle social. Ao fortalecer a leitura de indicadores e o acompanhamento de metas, a ferramenta reforça sua vocação de orientar decisões

e dar visibilidade ao desempenho público. A página agora permite que o usuário selecione dois modos de visualização: Municipal ou Estadual.

Na visualização Municipal, estão disponíveis gráficos e tabelas que indicam os municípios e ODS sob risco de descumprimento, além de filtros por município, objetivo, meta e período. A ferramenta também apresenta o detalhamento das respostas do IEG-M e seus reflexos nos ODS. Já na visualização Estadual, o painel reúne informações sobre as decisões das contas do Governador apreciadas pelo TCESP e oferece acesso a relatórios de auditorias relacionadas às metas dos ODS.

Decisões Colegiadas e pesquisa de Jurisprudência

Duas novas funcionalidades passaram a operar para qualificar processos e ampliar o acesso à informação: a automatização da catalogação de **Decisões Colegiadas e do controle de trânsito em julgado**, além da atualização da **Pesquisa de Jurisprudência**.



As entregas integram o Plano Estratégico 2022–2026, alinhadas aos Objetivos 11 (inovação e evolução digital) e 2 (transparência e controle social). A solução permite catalogação automática de pareceres e acórdãos e sua disponibilização na pesquisa cidadã após envio ao DOE-TCESP, bem como a publicação automática da certidão de trânsito em julgado. O desenvolvimento envolveu, de forma integrada, gabinetes, áreas técnicas e cartórios.

PALESTRAS E EVENTOS

Conexidades – Encontro Nacional de Parceiros Públicos e Privados



Conselheiros, membros do MPC-SP e técnicos da Corte paulista participaram, entre os dias 4 e 8 de agosto, da edição de 2025 do Conexidades, realizada em Holambra (SP). O tema central do evento foi a sustentabilidade como desafio e prioridade para as lideranças.

Durante a programação, o TCESP contou com um *stand* em que servidores da área da fiscalização tiraram dúvidas, receberam prefeitos e vereadores e distribuíram materiais informativos sobre sessões de julgamento, publicações e conteúdos audiovisuais da Corte. A Ouvidoria das Mulheres também marcou presença, apresentando o trabalho do setor, disponibilizando materiais e promovendo o uso do “Violentômetro”.

Agosto Lilás - Educação, Prevenção e Proteção

No dia 21 de agosto, a Campanha Agosto Lilás foi tema do encontro **“Agosto Lilás: Educação, Prevenção e Proteção”**, no Auditório Nobre, com reflexões para fortalecer educação, prevenção e rede de proteção, reafirmando o compromisso



institucional no enfrentamento da violência contra mulheres e meninas. O evento destacou a formação de redes integradas e a conscientização como caminhos para mudanças efetivas. Participaram Regina Célia Almeida Silva Barbosa (Instituto Maria da Penha) e Maria Gracely Batista Marques (Consórcio Intermunicipal Grande ABC). A programação incluiu vídeo de Maria da Penha, farmacêutica e ativista dos direitos das mulheres, cuja trajetória inspirou a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), no qual reforçou o engajamento do poder público na proteção da segurança e da dignidade das mulheres. O encerramento contou com “Defensores Mirins” e o “Cordel da Lei Maria da Penha”, de Tião Simpatia.

Congresso Estadual de Municípios



De 26 a 28 de agosto, na Capital, a Corte participou do 67º Congresso Estadual de Municípios, promovido pela Associação Paulista de Municípios (APM). Representaram o TCESP a Conselheira-Presidente Cristiana de Castro Moraes, os Conselheiros Dimas Ramalho e Marco Aurélio Bertaiolli, e a Procuradora-

Geral do MPC-SP, Leticia Feres. O congresso reuniu prefeitos, vice-prefeitos, parlamentares e representantes de ministérios e secretarias estaduais para debater boas práticas de gestão, promovendo integração entre municípios, Estado, União e os Poderes Legislativo e Judiciário. O encerramento contou com a Leitura da Carta São Paulo, síntese das propostas aprovadas, contendo reivindicações e diretrizes para atuação dos municípios no próximo ciclo político.

II Congresso Nacional da Dívida Ativa

Em 27 de agosto, o Conselheiro do TCESP Marco Aurélio Bertaiolli participou, em Brasília, do painel “Desafios e Perspectivas Parlamentares da Advocacia Pública”, no II Congresso Nacional da Dívida Ativa, promovido pela PGFN. O evento reuniu autoridades e especialistas, incluindo o Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, além de



Procuradores da Fazenda Nacional e magistrados, para debater o contencioso tributário. No painel, destacou-se a transação tributária, regulamentada pela Lei 13.988/2020 (Lei do Contribuinte Legal), da qual Bertaiolli foi relator na Câmara, consolidando a transação prevista no art. 171 do CTN. A norma inspirou entes subnacionais: em São Paulo, o Acordo Paulista arrecadou R\$ 6,49 bilhões em 2024. Bertaiolli também foi autor do PLC 9/20, que incluiu o Simples Nacional na lei.

Encontro Nacional da Primeira Infância



Entre 27 e 29 de agosto, a Corte participou do 2º ENAPI, em Belo Horizonte (MG), encontro voltado ao debate de políticas públicas e fiscalização para assegurar direitos da primeira infância (0 a 6 anos). Com o tema “Prioridade

Absoluta: Promover Direitos AGORA e Superar Desigualdades”, o evento reuniu cerca de 1 mil participantes por dia, entre TCs, Ministério Público, sociedade civil e gestores públicos.

O TCESP destacou-se na elaboração e execução da Auditoria Operacional Coordenada na Primeira Infância (AOPI), cujos resultados foram apresentados no encontro. Realizada entre abril e junho de 2025, a Auditoria consolidou dados de visitas domiciliares, da Estratégia Saúde da Família e do programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, fornecendo diagnóstico para orientar políticas e ações mais eficazes em prol das crianças.

Saúde mental no funcionalismo público

No dia 8 de setembro, a saúde mental no serviço público ganhou centralidade em um encontro inédito: o **Primeiro Simpósio Estadual sobre Saúde Mental no Funcionalismo Público de São Paulo**, realizado no Auditório Nobre. A iniciativa abriu espaço para diálogo qualificado sobre prevenção, acolhimento e práticas de cuidado no ambiente de trabalho.



Destinado a servidores públicos, o evento teve como objetivo conscientizar sobre a importância da saúde mental, promover a escuta qualificada, a compreensão do sofrimento e a construção de vínculos éticos, fortalecendo a rede de apoio e inspirando a replicação de boas práticas em outros órgãos.

O Simpósio contou com quatro palestras, abordando temas como: ética nas relações de trabalho, boas práticas de saúde mental no TCESP, a dimensão subjetiva do acolhimento e diferentes formas de cuidado como caminho para transformações significativas.

Curso Superior de Polícia Integrado



Com o tema "Tribunal de Contas e o Controle Externo", a Conselheira-Presidente do TCESP, Cristiana de Castro Moraes, ministrou palestra, no dia 30 de setembro, no Curso Superior de Polícia Integrado (Polícia Militar e Polícia Civil), no Centro de Altos Estudos de Segurança (Caes) da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, em São Paulo.

Durante a palestra, a Conselheira-Presidente apresentou a estrutura e o funcionamento da Corte de Contas, levou exemplos práticos de Controle Externo e destacou o papel do Tribunal no fomento à eficiência, boas políticas públicas e participação cidadã. Na edição, participaram 53 Oficiais Superiores e 30 Delegados de Polícia.

AÇÕES SOCIAIS

Combate à violência contra a mulher

VIOLENTÔMETRO

Confira exemplos de atitudes violentas e proteja-se antes que seja tarde demais. Nenhuma forma de violência é aceitável. O primeiro sinal já é motivo para agir. **DENUNCIE** e busque a **REDE DE APOIO**.

ALERTA: A VIOLÊNCIA ESTÁ PRESENTE <ul style="list-style-type: none"> FAZER PIADAS OFENSIVAS CHANTAGEAR MENTIR OU ENGANAR IGNORAR/DAR UM GELO CIÚME EXCESSIVO CULPAR DESQUALIFICAR RIDICULARIZAR/OFENDER HUMILHAR EM PÚBLICO 	REAJA: DENUNCIE E BUSQUE AJUDA <ul style="list-style-type: none"> PERSEGUIR EM REDES SOCIAIS, NO TRABALHO, ETC. INTIMIDAR/AMEAÇAR CONTROLAR OU PROIBIR DE VER ALGUÉM/FAZER ALGO QUEBRAR COISAS “BRINCAR” DE BATER BELISCAR OU ARRANHAR PUXAR OU EMPURRAR CHUTAR OU BATER 	PROTEJA-SE: SUA VIDA ESTÁ EM PERIGO <ul style="list-style-type: none"> TRANCAR OU ISOLAR AMEAÇAR COM OBJETOS OU ARMAS AMEAÇAR DE MORTE FORÇAR UMA RELAÇÃO SEXUAL ABUSAR SEXUALMENTE, COM OU SEM CONTATO FÍSICO MUTILAR MATAR (FEMINICÍDIO)
---	---	---

TCESP

Apesar das garantias da Lei Maria da Penha, os casos de violência contra mulheres continuam crescendo. Segundo o Atlas da Violência 2025 (IPEA), cerca de 65% das vítimas são mulheres e 64,3% da violência ocorre dentro de casa. Para alertar e prevenir, o TCE lançou sua versão do “Violentômetro”, criado no México há 16 anos e adotado em diversos países. A escala ajuda meninas e mulheres a identificarem situações de abuso, desde violência verbal e emocional (piadas ofensivas, ciúme, humilhações), psicológica e patrimonial (manipulação, ameaças, retenção de documentos), física e sexual (agressões, estupro) até o feminicídio, o ponto mais extremo da violência.

Inauguração do Banco Vermelho



Em 20 de agosto, a Campanha Agosto Lilás ganhou um marco permanente na Corte: no Passadiço sobre o Memorial da Corte foi inaugurado o Banco Vermelho, iniciativa da Ouvidoria das Mulheres em parceria com o Instituto Banco Vermelho.

Criada na Itália e difundida em diversos países, a ação usa a cor vermelha como alerta para a violência contra a mulher e é instalada em locais de grande circulação com mensagens de conscientização. No TCESP, o banco traz QR Code com acesso à Rede de Apoio à Mulher no Estado de São Paulo, com contatos de emergência e canais de suporte à vítima, reforçando o compromisso institucional com o enfrentamento à violência e ao feminicídio zero.

Campanha conjunta de doação de sangue



Mais de 120 servidores participaram da 2ª edição da Campanha Conjunta de Doação de Sangue de 2025, realizada em 26 de agosto, no Palácio da Justiça, na Capital. A iniciativa reuniu o

TCESP, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e as Secretarias de Agricultura e Abastecimento, Fazenda e Planejamento e Turismo e Viagens, com apoio logístico da Fundação Pró-Sangue. Foram arrecadadas 102 bolsas de sangue, capazes de beneficiar até 408 pessoas, considerando que cada bolsa pode salvar até quatro vidas em casos de transfusões de emergência, cirurgias e tratamentos médicos.

Concurso de música “Faça (a sua) Parte”



A canção “Musicando a Razão”, das alunas Andréia Rikeilla Souza de Araujo, Juliana Hessel e Yohannah Dias Oliveira, da Escola Estadual Professor Renato Angelini, de Torre das Pedras (Botucatu), foi a vencedora do Concurso de Música “Faça (a sua) Parte” 2025, com orientação da professora Priscila Rosa de Almeida Scremin. A premiação ocorreu em 12 de setembro, no Teatro Sérgio Cardoso, na Capital. Os três grupos finalistas apresentaram músicas inéditas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e a vencedora foi escolhida por votação dos estudantes presentes. O segundo lugar ficou com a EE Cultura e Liberdade, de Marília, com a música “Cinzas do ar”, e o terceiro com a EE Afonso Cáfar, de Fernandópolis, com a música “Se liga na consciência”.

HOMENAGENS

Outorga “Colar do Centenário” e “Medalha Presidente Washington Luís”



O TCESP realizou, em 30 de julho, no Auditório Nobre, solenidade de Outorga do “Colar do Centenário do TCESP” e da “Medalha Presidente Washington Luís”. Na ocasião, o Conselheiro Maxwell Borges de Moura Vieira foi agraciado com ambas as honrarias. Também receberam o Colar do Centenário o Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, e Nair Passos Fleury (Dona Ika Fleury), esposa do ex-Governador Luiz Antonio Fleury Filho (1991–1995).

Em 18 de agosto, no Gabinete da Presidência, o TCESP promoveu nova cerimônia de outorga do “Colar do Centenário”. Foram homenageados Mário Sarrubbo, Secretário Nacional de Segurança Pública e ex-Procurador-Geral do Ministério Público de São Paulo; Alexandre Teixeira Carsola, Diretor do Departamento de Supervisão da Fiscalização (DSF II) e servidor do TCESP há 39 anos; e José do Carmo Mendes Junior, Chefe de Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo.

Homenagem ao Conselheiro Antonio Roque Citadini



A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo realizou, em 14 de agosto, sessão solene no Plenário Juscelino Kubitschek em homenagem ao Conselheiro Antonio Roque Citadini, agraciado com o Colar de Honra ao Mérito Legislativo.

A sessão, proposta e presidida pelo Deputado Barros Munhoz, contou com a presença de parlamentares, membros do Colegiado, diretores, Procuradores, servidores do TCESP e autoridades de outros Tribunais de Contas.

Durante a cerimônia, Roque Citadini destacou sua trajetória na Corte, a evolução da instituição e momentos históricos relacionados ao controle externo e à fiscalização de recursos públicos.

2. CORPO DIRETIVO

No dia 19 de agosto de 2025, a Conselheira Cristiana de Castro Moraes tomou posse como Presidente. O Conselheiro Dimas Ramalho assumiu como Vice-Presidente e o Conselheiro Marco Aurélio Bertaiolli passou a atuar como Corregedor em 10 de setembro.

Em virtude das mudanças, no terceiro trimestre, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento do TCESP contaram com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE** (até 18/8/2025)
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – PRESIDENTE** (a partir de 19/8/2025)
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – VICE-PRESIDENTE** (até 18/8/2025)
Conselheiro **DIMAS RAMALHO VICE-PRESIDENTE** (a partir de 10/9/2025)
Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**
Conselheiro **MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI**
Conselheiro **MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA**
Conselheiro **WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO** (a partir de 25/9/2025)

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h00

Conselheiro **DIMAS RAMALHO – PRESIDENTE**
Conselheiro **MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI**
Conselheiro **WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**
Conselheiro **MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA**



Utilize o QRCode ao lado para obter mais informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.

3. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS

3.1. FÍSICOS

No terceiro trimestre de 2025, foram distribuídos aos julgadores **8 processos físicos relacionados a recursos ordinários**.

3.2. ELETRÔNICOS

No período, foram distribuídos **6.147 processos eletrônicos**, conforme classificação apresentada abaixo:

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos
(Conselheiros, Corpo de Conselheiros Substitutos - Auditores e Gabinete da Presidência)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCARC	GCDER	GCMAB	GCMV	GCRMC	GCSEB	CCS-A	GP	
Ações	1	3	1	2	2	-	-	1	10
Adiantamentos	10	9	10	10	10	10	-	1	60
Atos de Pessoal	1	3	-	-	-	-	1075	1	1080
Auditoria Extraordinária	-	-	221	-	-	-	-	-	221
Concurso Público	-	1	2	1	2	2	-	-	8
Contas de Prefeitura	25	25	20	31	23	23	-	-	147
Contratos	213	182	172	160	185	157	207	61	1337
Cautelar em Procedimento de Contratação - CPC	167	165	169	161	172	176	-	-	1010
Cautelar de Suspensão de Pagamentos - CSP	2	-	2	-	2	1	-	-	7
Expedientes	30	48	43	24	24	36	20	274	499
Expedientes do Ministério Público	27	15	20	10	20	20	23	154	289
Expedientes do Poder Judiciário	9	2	3	1	2	1	3	22	43
Instrução de Representação	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Multas e sanções	-	1	-	-	1	8	-	-	10
Recursos	130	123	109	108	133	123	16	1	743
Relatório de Fiscalização	5	-	-	-	68	1	-	-	74
Repasses Públicos	67	82	43	67	49	39	46	46	439
Representação	22	28	27	27	14	18	26	2	164
Total Geral	709	687	842	602	707	615	1.416	569	6.147

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS: FÍSICOS + ELETRÔNICOS	6.155
--	--------------

4. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

4.1. PELO TRIBUNAL PLENO

No terceiro trimestre do exercício, foram realizadas **10 sessões ordinárias, nas quais o Tribunal Pleno:**

- Apreciou **388 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **710 representações em sede de Cautelar em Procedimento de Contratação**, que consiste no exame antecipado (isto é, antes da homologação do certame ou da autorização da autoridade competente) de procedimentos de licitação de órgãos e entidades jurisdicionados/procedimentos de contratação direta, mediante impugnação apresentada por quaisquer interessados.

Além disso, o Egrégio Plenário se reuniu, no período, em **5 sessões para tratar de assuntos internos de natureza administrativa.**

4.2. PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

Tanto a Primeira quanto a Segunda Câmara reuniram-se em **11 sessões ordinárias**. Apreciaram, ao todo, **982 e 1.325 processos**, respectivamente.

4.3. PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

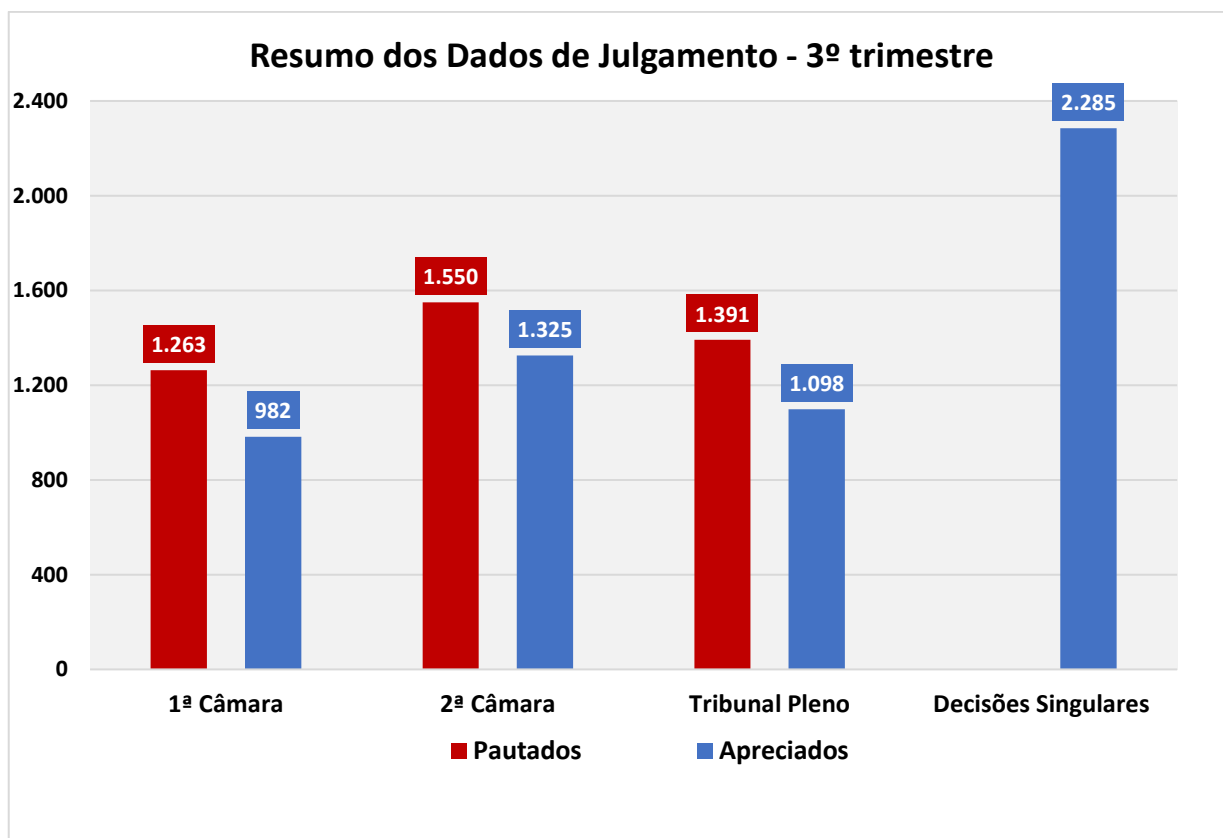
No período, **foram proferidas 643 sentenças**, publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

4.4. PELOS CONSELHEIROS SUBSTITUTOS - AUDITORES

O Corpo de Conselheiros Substitutos - Auditores é constituído por sete ocupantes do cargo de Auditor, criados pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005. Dentre outras competências previstas no Regimento Interno, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em ausências e impedimentos. No trimestre, **as matérias tratadas em 1.642 autos foram julgadas pelos Senhores Conselheiros Substitutos - Auditores.**

O gráfico abaixo sintetiza a quantidade de processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como os decididos monocraticamente:

Gráfico 1 - Resumo dos Dados de Julgamento - 3º trimestre



4.5. MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar nº 1.110, de 14 de maio de 2010, junto a este Tribunal, conta com **9 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCE SP. No período, tramitaram pelo órgão **7.594 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

4.6. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, é compulsório o trânsito de todos os processos, que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual, pela Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao Tribunal de Contas. Durante o segundo trimestre de 2025, o órgão se manifestou em **910 feitos**.

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

5.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral supervisionar ações de fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno. O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, **manifestou-se em 872 processos**.

5.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4)

Os setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e pelo acompanhamento das pautas de julgamento, assim como pela elaboração dos serviços de taquigrafia, que condensam todos os relatórios e as discussões ocorridas nos julgamentos das sessões, procedendo à elaboração de atas e notas taquigráficas. Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e a administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, a 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, no período, foram pautados (SDG-3) **4.701 processos**, dos quais **337 resultaram em notas taquigráficas** (SDG-1).

Já a Seção de Jurisprudência (SDG-4), em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **5.411 certidões**.

5.1.2. Departamentos de Supervisão da Fiscalização – DSFs I e II

Aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DFs)**, a **Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (URs)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos, no período, **6.999 processos** pelas unidades subordinadas aos DSFs I e II.

Tabela 1 – Processos Instruídos – DSFs

Tipo de Processo	Quantidade
Processos Físicos	99
Processos Eletrônicos	6.900

As tabelas 3 e 4 revelam os números e os órgãos ou as entidades de procedência das matérias tratadas nesses processos:

Tabela 2 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Estaduais

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	JUL	AGO	SET	Subtotal
ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	20	20	32	72
AUTARQUIA ESTADUAL	8	7	6	21
ECONOMIA MISTA ESTADUAL	2	2	6	10
EMPRESA PÚBLICA ESTADUAL	-	1	-	1
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	1	-	1	2
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	6	8	5	19
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE APOIO	5	9	7	21
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	6	10	2	18
FUNDAÇÃO ESTADUAL TÍPICA	1	-	2	3
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	11	3	7	21
SECRETARIA	13	1	2	16
TRIBUNAL	-	-	1	1
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	20	15	9	44
UNIDADE ADMINISTRATIVA - FUNDAÇÃO	-	-	1	1
UNIDADE DE SECRETARIA / UGE	2	-	3	5
TOTAIS	95	76	84	255

Tabela 3 – Atividades desenvolvidas nas Fiscalizações Municipais

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	JUL	AGO	SET	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	137	131	154	422
AUTARQUIA MUNICIPAL	25	18	27	70
CÂMARA MUNICIPAL	41	61	71	173
CONSÓRCIO MUNICIPAL	12	9	18	39
ECONOMIA MISTA MUNICIPAL	7	7	13	27
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	7	6	6	19
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	20	36	37	93
ENTIDADE GERENCIADA - OSM	6	13	10	29
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	-	4	6	10
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	9	5	10	24
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	5	7	9	21
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	5	1	7	13
PREFEITURA MUNICIPAL	128	165	155	448
TOTAIS	402	463	523	1.388

Os processos eletrônicos, que correspondem à expressiva maioria dos instruídos no período, apresentam a seguinte segmentação por matéria, nas esferas estadual e municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

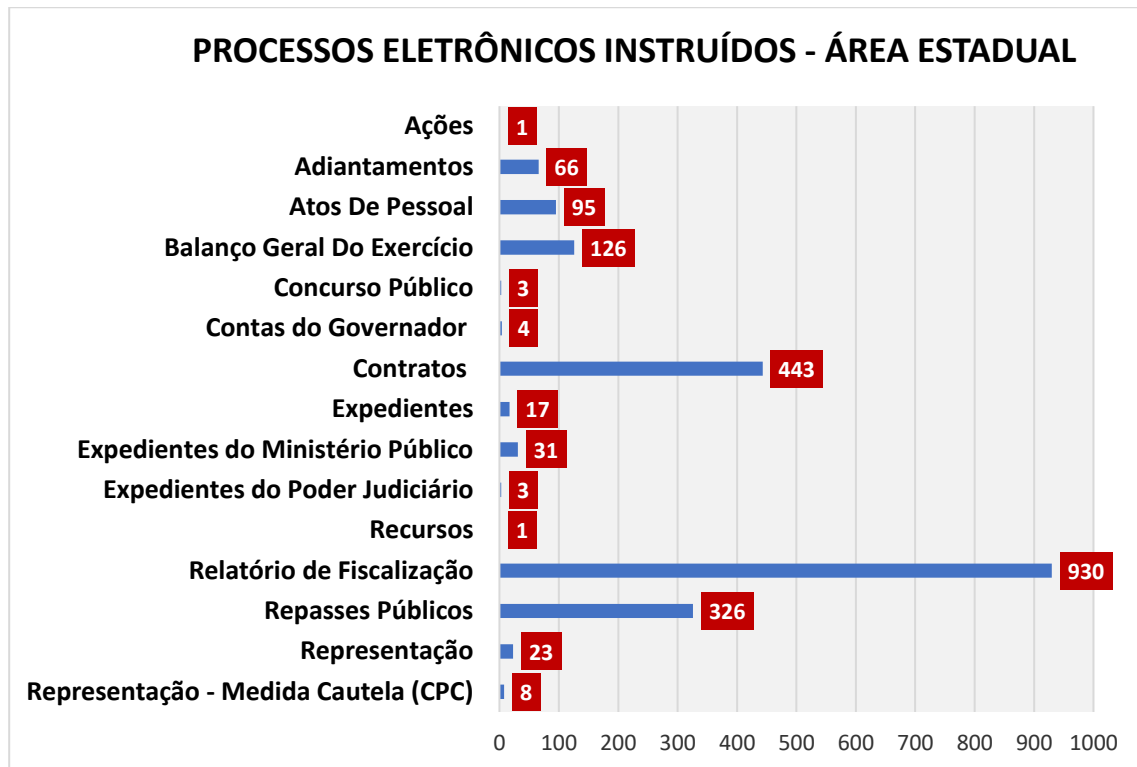
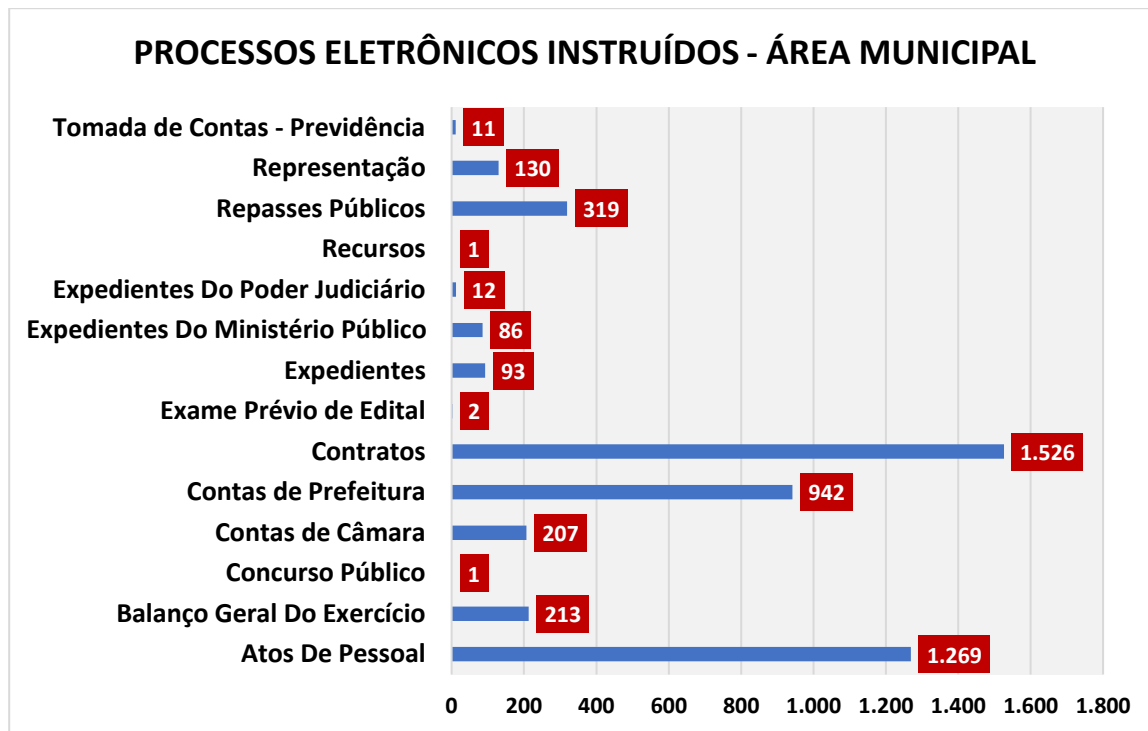


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



* Incluídos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.

5.1.3. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014 e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização, o NAEC é responsável pelo acompanhamento e pela análise da execução de contratos cujos objetos envolvam a realização de obras e serviços de engenharia, firmados pelas Administrações municipais e estadual.

No trimestre, dos ajustes já selecionados pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC examinou **31 novas contratações do gênero**, além de instruir, no mesmo período, outros **99 processos** com objetos da mesma natureza. No fim de setembro, o Núcleo registrou um total de **1.075 autos sob seu acompanhamento**.

5.1.4. Departamento de Instrução Processual Especializada – DIPE

À área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, compete a análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia das matérias apreciadas por esta Corte. No trimestre, o DIPE exarou **3.669 manifestações** nos processos que lhe foram submetidos.

5.1.5. Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema Audesp, que coleta eletronicamente dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais dos órgãos e entidades jurisdicionados. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e na qualidade das informações e, como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória, por meio de indicadores e informações estratégicas, que direcionam o planejamento e a execução das atividades-fim deste Tribunal.

No terceiro trimestre de 2025, o órgão **conduziu 50 atividades macro analíticas, por meio de suas seções**.

5.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – DGA

Departamento subordinado à Presidência do TCESP e responsável pela atividade-meio do TCESP (área administrativa), é composto por duas Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias. O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **2.466 processos**.

5.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal, efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase na receita e nas despesas realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

5.2.2. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 18.078, de 3 de janeiro de 2025, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2025” foi elaborado em observância à Lei nº 17.990, de 23 de julho de 2024, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2025”.

A dotação para **as despesas deste Tribunal foi fixada em R\$ 1.172.181.749,00**, sendo R\$ 1.161.000.778,00 para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e R\$ 11.180.971,00 para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.990/2024), o Decreto n.º 69.319, de 22 de janeiro de 2025, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2025 e a Portaria Conjunta SO-STE-1, de 23 de janeiro de 2025.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado – PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2025 (Decreto n.º 69.319/2025) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas **suplementações ao orçamento vigente**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 175930063 e 275930063 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no **valor total de R\$ 99.027.140,00**, através dos expedientes

gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1. Expediente SAO nº 02001/2025-1-0002, concluído em 29/1/2025, gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO, autorizando a **Crédito Suplementar**, no valor de **R\$ 1.700.000,00**, à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado, na seguinte conformidade: Redução 33.90.15 (Diárias Militar) - Os valores serão reduzidos do PT 01032020048210000 - Controle e Fiscalização Financeira/Orçamentária, fonte 150010001 - Tesouro-Geral, Grupo 3 – Custeio 339015 – Diárias Militar, no valor de R\$ 1.700.000,00 e serão suplementados na órgão 18000 - Secretaria de Segurança Pública, UO 18004 - Polícia Militar do Estado de São Paulo, elemento de despesa 339015, programa de Trabalho Resumido 180422 (06181181949930000), resultando na mesma finalidade, ou seja, vigilância nos prédios do Tribunal de Contas do Estado de SP, realizada pela própria Polícia Militar do Estado de SP, em substituição da utilização de empresa terceirizada de Vigilância contratada, nos termos do Termo de Cooperação GSSP/ATP-636/22.

2. Expediente SAO nº 2001/2025-4-0005, concluído em 8/4/2025, referente a **Crédito Automático**, no valor total de **R\$ 1.800.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 275 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-1/2025 de 28/03/2025, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade: Suplementação 33.90.39 (Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica) com despesa com serviços variados, como as tarifas bancárias pela liquidação de boletos e custeio da participação de servidores do TCE em congressos/seminários no valor total de **RS 100.000,00**; e 44.90.52 (Equipamentos e Material Permanente) referentes a gastos relacionados à aquisição de microcomputadores de alto desempenho – *workstation* – incluindo-se garantia *on-site* de 36 meses, para processamento de dados massivos da Divisão de Auditoria Eletrônica (Audesp) do TCE no valor de **R\$ 1.700.000,00**, incluindo possíveis alterações quantitativas.

3. Expediente SAO nº 2001/2025-4-0006, concluído em 8/4/2025, referente a **Crédito Automático**, no valor total de **R\$ 6.500.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 275 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2025 de 28/03/2025, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, para suplementação destinada a cobertura das seguintes despesas: PCA 0934698 - reforma dos andares 9º, 13º e 14º do prédio sede do TCE - custo estimado em **R\$ 3.750.000,00**; PCA 0934700 - reforma do 1º subsolo da sede, prédio Anexo,

despesa estimada em **R\$ 1.250.000,00**; e PCA 0939186 - reforma da UR-20, Santos, com despesa estimada em **R\$ 1.500.000,00**.

4. Expediente n.º 02001/2025-7-0008, concluído em 8/7/2025 gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – S.A.O., autorizando a Antecipação de Quotas, no valor de **R\$ 16.000.000,00**, à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado, com redução de cota de dezembro/2025 para cobrir ressarcimento do Programa de Aposentadoria Incentivada ao mês de Julho/2025 no valor total de R\$ 16.000.000,00 (31.90.11 - Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil), e suplementação de cota para cobrir ressarcimento do Programa de Aposentadoria Incentivada no mês de julho/2025 no valor total de R\$ 16.000.000,00 31.90.13 (Obrigações Patronais).

5. Expediente n.º 02001/2025-1-0010, concluído em 29/7/2025, gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – S.A.O., autorizando o Crédito Suplementar no valor de **R\$ 92.827.140,00**, com recursos provenientes da Fonte 25001 (Tesouro Superavit – Geral) no valor de R\$ 84.527.140,00 e Fonte 180081 (Recursos Vinculados do RPPS em Capitalização) no valor de R\$ 8.300.000,00, confirmados no Decreto 69.754 de 28 de julho de 2025, para atender despesas com pessoal ativo, incluindo revalorização dos vencimentos dos Auditores e Técnicos de Controle Externo e extensão do auxílio saúde aos servidores inativos do TCE SP (LC 1422/2025), além dos impactos decorrentes da Revisão Geral Anual de vencimentos e proventos dos servidores do quadro desta Corte de Contas, na data-base fixada em 1º de março (LC 12.680/2007), e aplicação da resolução PGE nº 6, de 18/2/2025, bem como atendendo às decisões do Conselho Nacional de Justiça, conforme o Ofício GP nº 1781/2025 do Tribunal de Contas do Estado de SP, julho a dezembro de 2025 no valor total de R\$ 84.527.140,00 (31.90.11.11 (Vencimentos e Vantagens Fixas - pessoal civil); e revalorização dos vencimentos, extensão do auxílio saúde aos servidores inativos, decisões judiciais, em conformidade com o Ofício GP nº 1781/2025, julho a dezembro de 2025, no valor total de R\$ 8.300.000,00 31.91.13 (Obrigações Patronais).

6. Expediente n.º 02001/2025-7-0011, concluído em 25/7/2025 gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – S.A.O., autorizando a Antecipação de Quotas, no valor de **R\$ 39.000.000,00**, à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado, para solicitação de antecipação orçamentária para despesas com pessoal ativo e revalorização dos vencimentos e auxílio saúde aos servidores inativos do TCE SP, RGA e outros, conforme o Ofício GP nº 1781/2025, com redução, dezembro de 2025, no valor total de R\$ 39.000.000,00 (31.90.11 - Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil); e solicitação de suplementação para cobrir

despesas com pessoal ativo, incluindo revalorização dos vencimentos dos auditores e técnicos de controle externo e extensão do auxílio saúde aos servidores inativos do TCESP (LC 1422/2025), além dos impactos decorrentes da Revisão Geral Anual de vencimentos e proventos dos servidores do quadro desta Corte de Contas, na data-base fixada em 1º de março (LC 12.680/2007), e aplicação da resolução PGE nº 06 de 18/2/2025, bem como atendendo às decisões do Conselho Nacional de Justiça, conforme o Ofício GP nº 1781/2025 do Tribunal de Contas do Estado de SP, agosto a outubro de 2025, no valor total de R\$ 39.000.000,00 (31.90.11 - vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil).

7. Expediente n.º 2001-2025-1-0012, concluído em 20/8/2025, gerado no Sistema de Alterações Orçamentárias – S.A.O., autorizando o Crédito Suplementar, no valor total de **R\$ 400.000,00** com recursos provenientes da Fonte 1 – Tesouro do Estado, com repasse para a PMESP, em decorrência do Termo de Cooperação 1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação GSSP/ATP-636/2022. Conforme proposta orçamentária, a despesa será executada pela Polícia Militar, com cotas de setembro a dezembro de 2025 no valor de R\$ 100.000,00, e valor total de R\$ 400.000,00 (33.90.15 - Diárias - Militar).

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2025, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de junho do corrente exercício. Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.

Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Fevereiro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Março	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Abril	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Mai	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Junho	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Julho	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Agosto	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Setembro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Outubro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Novembro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Dezembro	83.190.079	13.628.247	357.921	-	13.986.168	97.176.247
TOTAL	993.906.897	162.817.980	4.275.901	-	167.093.881	1.161.000.778

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2025 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Fevereiro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Março	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Abril	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Maiο	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Junho	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Julho	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Agosto	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Setembro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Outubro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Novembro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Dezembro	644.490	291.367	-	935.857	98.112.104
TOTAL	7.700.00	3.480.971	-	11.180.971	1.172.181.749

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	82.792.438	13.562.703	356.180	-	13.918.883	96.711.321
Fevereiro	82.792.438	13.279.370	356.180	-	13.635.550	96.427.988
Março	82.792.438	13.279.370	356.180	-	13.635.550	96.427.988
Abril	82.792.438	13.279.370	376.180	-	13.655.550	96.447.988
Maiο	82.792.438	13.279.370	376.180	-	13.655.550	96.447.988
Junho	82.792.438	13.279.370	376.180	-	13.655.550	96.447.988
Julho	134.812.880	29.279.368	376.180	-	29.655.548	164.468.428
Agosto	112.194.877	13.562.703	376.180	-	13.938.883	126.133.760
Setembro	112.194.877	13.462.703	356.180	-	13.818.883	126.013.760
Outubro	101.585.815	13.462.703	356.180	-	13.818.883	115.404.698
Novembro	83.463.837	13.462.703	356.180	-	13.818.883	97.282.720
Dezembro	29.727.123	13.528.247	357.921	-	13.886.168	43.613.291
TOTAL	1.070.734.037	176.717.980	4.375.901	-	181.093.881	1.251.827.918

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2025 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	641.410	289.964	-	931.374	97.642.695
Fevereiro	641.410	289.964	-	931.374	97.359.362
Março	641.410	289.964	-	931.374	97.359.362
Abril	641.410	3.789.964	-	4.431.374	100.879.362
Maio	641.410	1.439.964	-	2.081.374	98.529.362
Junho	641.410	1.439.964	-	2.081.374	98.529.362
Julho	641.410	939.964	-	1.581.374	166.049.802
Agosto	641.410	839.964	-	1.481.374	127.615.134
Setembro	641.410	739.964	-	1.381.374	127.395.134
Outubro	641.410	639.964	-	1.281.374	116.686.072
Novembro	641.410	539.964	-	1.181.374	98.464.094
Dezembro	644.490	441.367	-	1.085.857	44.699.148
TOTAL	7.700.000	11.680.971	-	19.380.971	1.271.208.889

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
 Fonte 250 – Superávit Tesouro
 Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
 Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
 Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	80.763.554,89	51.321.606,84	400.246,85	-	51.721.853,69	132.485.408,58
Fevereiro	80.699.344,86	24.960.862,59	495.500,69	-	25.456.363,258	106.155.708,14
Março	79.846.138,58	8.738.340,23	60.000,00	-	8.798.340,23	88.644.478,81
Abril	85.748.565,25	9.791.130,82	257.263,05	-	10.048.393,87	95.796.959,12
Maio	87.045.287,60	9.465.344,86	201.949,44	-	9.667.294,30	96.712.581,90
Junho	82.657.292,00	5.828.128,39	2.341,87	-	5.830.470,26	88.487.762,26
Julho	116.883.315,92	9.781.012,84	99.429,47	-	9.880.442,31	126.763.758,23
Agosto	113.401.481,80	9.142.543,33	376.700,00	-	9.519.243,33	122.920.725,13
Setembro	106.070.104,65	6.766.545,41	24.000,00	-	6.790.545,41	112.860.650,06
TOTAL	833.115.085,55	135.795.515,31	1.917.431,37	-	137.712.946,68	970.828.032,23

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
 Fonte 250 – Superávit Tesouro
 Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
 Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
 Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	132.485.408,58
Fevereiro	3.298.967,90	641.900,00	-	3.940.867,90	110.096.576,04
Março	57.977,24	-	-	57.977,24	88.702.456,05
Abril	500.929,95	47.544,00	-	548.473,95	96.345.433,07
Maio	47.644,40	-	-	47.644,40	96.760.226,30
Junho	350.536,70	8.900,00	-	359.436,70	88.847.198,96
Julho	526.527,43	183.697,68	-	710.225,11	127.473.983,34
Agosto	2.040,00	-	-	2.040,00	122.922.765,13
Setembro	1.756.567,60	952.960,00	-	2.709.527,60	115.570.177,66
TOTAL	6.541.191,22	1.835.01,68	-	8.376.192,90	979.204.225,13

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
 Fonte 250 – Superávit Tesouro
 Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
 Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
 Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	80.753.946,27	5.191.316,43	-	-	5.194.316,43	85.948.262,70
Fevereiro	80.174.977,72	9.901.218,18	118.747,99	-	10.019.966,17	90.194.943,89
Março	79.881.874,23	9.110.852,28	49.423,93	-	9.160.276,21	89.042.150,44
Abril	85.853.470,03	8.407.367,87	230.148,39	-	8.637.516,26	94.490.986,29
Maio	87.104.941,00	11.791.266,64	83.449,70	-	11.874.716,34	98.979.657,34
Junho	82.786.435,75	9.768.719,07	60.828,69	-	9.829.547,76	92.615.983,51
Julho	116.877.250,01	12.080.284,79	280.328,62	-	12.360.613,41	129.237.863,42
Agosto	113.335.040,51	14.130.797,41	83.879,49	-	14.214.676,90	127.549.717,41
Setembro	106.180.749,12	11.683.824,97	642.743,00	-	12.326.567,97	118.507.317,09
TOTAL	832.948.684,64	92.068.647,64	1.549.549,81	-	93.618.197,45	926.566.882,09

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado

Fonte 250 – Superávit Tesouro

Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2025 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 150 e 250	FONTE 175 e 275	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	85.948.262,70
Fevereiro	-	-	-	-	90.194.943,89
Março	48.312,14	-	-	48.312,14	89.090.462,58
Abril	9.665,10	-	-	9.665,10	94.500.651,39
Maio	18.057,88	-	-	18.057,88	98.997.715,22
Junho	17.850,00	-	-	17.850,00	92.633.833,51
Julho	118.792,36	698.344,00	-	817.136,36	130.054.999,78
Agosto	18.629,10	-	-	18.629,10	127.568.346,51
Setembro	569.818,80	183.697,68	-	753.516,48	119.260.833,57
TOTAL	801.125,38	882.041,68	-	1.683.167,07	928.250.049,15

(Valores em R\$ 1)

Fonte 150 – Tesouro do Estado
Fonte 250 – Superávit Tesouro
Fonte 175 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa
Fonte 275 – Superávit Fundo Especial de Despesas
Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEEX

5.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DTI

Subordinado à Presidência e composto pelas Seções Técnicas de Gestão e Relacionamento (DTI-1) e de Segurança da Informação (DTI-2), assim como pelas Diretorias de Sistemas (DSIS), Tecnologia (DTEC) e Segurança da Informação (DSEG), o DTI presta assessoria na área de Informática, respondendo pela análise e pelo acompanhamento de todas as atividades voltadas à Tecnologia da Informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de *softwares*; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de *e-mails* corporativos; guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, quanto ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas, o DTI atualizou os **Painéis Mapa das Câmaras, VISOR, Terceiro Setor, Fiscalizações Ordenadas, Observatório Fiscal, Saneamento Básico, ODS e Concessões de**

Rodovias, bem como implementou novas funcionalidades ao aplicativo **Bem TCESP**, de uso exclusivo para os servidores da Corte. O Departamento colaborou, ainda, com a realização da **Auditoria Extraordinária nos Regimes Próprios de Previdência** e na **III Fiscalização Ordenada** deste exercício, cujo tema foi alimentação escolar. Ademais, no período, realizou diversas atividades relacionadas ao **sistema ANIA**, abrangendo tanto a cooperação com órgãos públicos quanto a atualização e o aprimoramento técnico da plataforma.

No serviço de suporte ao usuário, o DTI fez **1.663 atendimentos telefônicos**, sendo 816 para servidores e 775 para usuários externos. Além disso, foram **gerados 5.838 chamados virtuais**.

5.4. GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA – GTP

Subordinado à Presidência, é responsável pelo assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de admissibilidade de recursos, ações de rescisão e revisão de julgado e representações, além de avaliar, sob perspectiva jurídica, outros tipos de expediente. Atua, ainda, na área do contencioso, representando o TCESP nos feitos judiciais.

O GTP elaborou **99 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise de consultas, recursos e ações, bem como a verificação e o encaminhamento de informações enviadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP totalizou **161 processos e expedientes físicos**, inclusive com prestação de informações à Procuradoria Geral do Estado. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **422 ações** em que este Tribunal figura no polo passivo.

5.5. ESCOLA PAULISTA DE CONTAS PÚBLICAS – EPCP

Vinculada diretamente à Presidência do Tribunal, a partir da publicação da Resolução nº 13, de 29 de maio de 2024, a **Escola Paulista de Contas Públicas “Presidente Washington Luís” – EPCP** realizou **31 eventos**, dentre reuniões, cursos e seminários, que contaram com **3.987 participantes presenciais e 19.436 visualizações**.

Do setor, destacaram-se as seguintes atividades no terceiro trimestre:

- a) **XXIII Semana Jurídica do TCE-SP:** contou com as presenças do Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes; da Professora e Jurista Dra. Maria Paula Dallari Bucci; do Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça João Paulo Schoucair; e do Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Samuel Kinoshita.
- b) **IV Congresso Internacional de Direito Financeiro:** promovido em parceria com o TCE-MG, a USP, a UFMG, o Instituto Rui Barbosa, o IDFin e a Fundação Arcadas, contou com palestras do Ministro do STF André Mendonça; do Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo; do Professor catedrático de Direito Constitucional na Universidade Carlos III de Madrid Elviro Álvarez; do Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires Horácio Corti; do Ministro do STF de 2003 a 2012 Carlos Ayres Britto; do Ministro do STF de 1990 a 2006 Carlos Velloso; além de outros convidados.
- c) **Curso de Extensão Avançado PPPs e Concessões:** com carga horária de 150 horas, o curso foi programado para ocorrer entre agosto de 2025 e março de 2026. Ao todo, 60 servidores que atuam na área foram indicados por suas chefias para participar da formação.
- d) **Programa Qualificação:** o evento teve como objetivo oferecer uma capacitação estruturada sobre a Lei de Licitações, de forma capilarizada em todo o Estado de São Paulo. A etapa inicial foi realizada por meio de formações presenciais simultâneas em quatro municípios: São Paulo, Araçatuba, Araraquara e Mogi das Cruzes.

Tabela 12 - Atividades da EPCP - 3º trimestre

3º trimestre de 2025	Quantidade de eventos	Número de participantes	Participantes on-line/visualizações
<i>Cursos e eventos promovidos pela EPCP ou demais setores do TCE-SP</i>	31	3.987	19.436
<i>Podcontas</i>	6	-	2.086
TOTAL	37	3.987	21.522

A **Biblioteca do TCESP** – subordinada à EPCP – realizou **908** atendimentos presencias e eletrônicos, incluindo pesquisas e respostas a consultas. Já o **Memorial** da Corte de Contas paulista, que tem suas atividades supervisionadas pela EPCP, recebeu **221 visitantes**, sendo 86 oriundos do público interno – servidores, estagiários e terceirizados – e 135 externos, incluindo os alunos participantes do programa “Conheça o TCESP”.

5.6. DIRETORIA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS – DPROC

Criada pela Resolução nº 02/2025, a Diretoria de Gerenciamento de Processos - DPROC é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, organização, coordenação, aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte (e-TCESP). No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo setor apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 13 - Atividades da Diretoria de Gerenciamento de Processos

	Descrição	Julho	Agosto	Setembro	Total
Atendimentos	Telefone	532	510	529	1.571
	Fale Conosco	741	707	731	2.179
	“Web”	291	287	296	874
	E-mail	10	16	9	35
	Outros (<i>habilitação, perfil de acesso a usuários, substituição de usuários em férias, dentre outras atividades</i>)	435	394	421	1.250
	API/WhatsApp/Presencial	1	4	4	9
Cópias Digitais (CDs) - íntegras de processos		254	319	167	740
Envio de e-mails (Comunicados)		148	164	161	473
SEI		70	90	54	214
Cadastros	Advogados	181	137	174	492
	Partes	523	512	598	1.633
	Órgãos	26	16	29	71
	Participação PILOTO ¹	3	1	2	6

¹ Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para autuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, à evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se as mudanças na composição das Câmaras, conforme Resolução nº 10/2025; procedimentos referentes à mudança da Presidência; configuração e autuação de processos de Auditoria Extraordinária; liberação de serviço de consulta de processo para o sistema “Monitor de Processo”; implantação do projeto de Catalogação de Decisões Colegiadas; além de ajustes e aperfeiçoamentos no Radar+ e as manutenções programadas no sistema.

5.7. DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA – DCE

Criada pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, e vinculada ao Gabinete da Presidência, a DCE possui, entre suas atribuições, o **acompanhamento e a coordenação dos processos de planejamento**, bem como das **informações gerenciais**, de forma integrada e voltada ao constante aprimoramento da instituição.

No período, a DCE **articulou projetos intersetoriais** e fortaleceu interlocução com **diferentes áreas do Tribunal e instituições externas**, incluindo reuniões com Gabinetes, Cartórios, bancos parceiros, órgãos públicos e entidades como o Ministério Público, CADE e empresas de tecnologia. Prestou suporte técnico aos lançamentos dos projetos Ania.Juris e Ania.Audit e coordenou testes internos de novas ferramentas.

A **DCE-1** concentrou-se no **acompanhamento dos 19 projetos prioritários**, conduzindo **reuniões de monitoramento e apoiando entregas à alta gestão**. Desenvolveu **piloto de indicadores para aprimorar o acompanhamento** do desempenho dos projetos. Atuou diretamente em iniciativas relacionadas aos Objetivos Estratégicos 01, 05, 06, 07, 08, 10 e 11, incluindo: elaboração de termo de referência e minuta de edital para projeto de eficiência energética; apoio à regulamentação da **Ouvidoria e da política de gestão de riscos**; coordenação de estudos sobre **reformulação da folha de pagamentos**; análise de **ferramentas de gestão de projetos**; entrega de nova versão do **relatório de gerenciamento de prazos processuais**; avanço do **Observatório de Processos**; apoio ao **projeto de comunicação interna**; desenvolvimento de minuta para **incentivo à meritocracia** e de modelo para alocação de **potenciais líderes**; e conclusão da automatização da **catalogação de decisões colegiadas**.

No âmbito do portfólio estratégico, o Tribunal contabilizou **204 projetos, sendo 116 concluídos, 57 em andamento e 31 não iniciados**. No portfólio prioritário de 2025, 3 projetos foram concluídos no trimestre e 28 dos 53 entregáveis estavam finalizados.

A **DCE-2** intensificou a articulação institucional com **Unidades de Inteligência e Informações Estratégicas de órgãos** como MPSP, CGE-SP, TCU e CADE, além de participar ativamente de fóruns e redes como InfoContas, Sisbin e FOCCOSP. Concluiu a Matriz de Risco para identificação de possíveis empresas de fachada, avançou nas tratativas para acordos de cooperação com **instituições financeiras** e participou de formação técnica da **plataforma e-Prevenção**. Retomou a produção dos **Relatórios Internos de Informações Gerenciais**, com edição dedicada à Operação Estafeta, e planejou novas edições.

A equipe também participou de cursos de **capacitação** (lavagem de dinheiro, recuperação de ativos, fundamentos de IA e SQL), elaborou o **Relatório Gerencial de Painéis Temáticos** e concluiu a **Oficina de Modelagem de Processos** da unidade.

5.8. DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA – DEP

Também criada junto ao Gabinete da Presidência pelo Ato GP nº 8, de 27 de abril de 2022, a Diretoria de Expediente da Presidência possui, dentre outras, a atribuição de prestar apoio à Presidência e à Chefia de Gabinete na interlocução com as áreas vinculadas à Presidência, Gabinetes e demais setores do Tribunal, bem como dar instrução aos expedientes físicos e eletrônicos encaminhados ao Gabinete da Presidência, fornecendo subsídios para elaboração dos despachos de encaminhamento dos feitos. A Diretoria também cuida da distribuição de processos, bem como sua redistribuição ou quaisquer outras adequações decorrentes de proposta consignada nos autos.

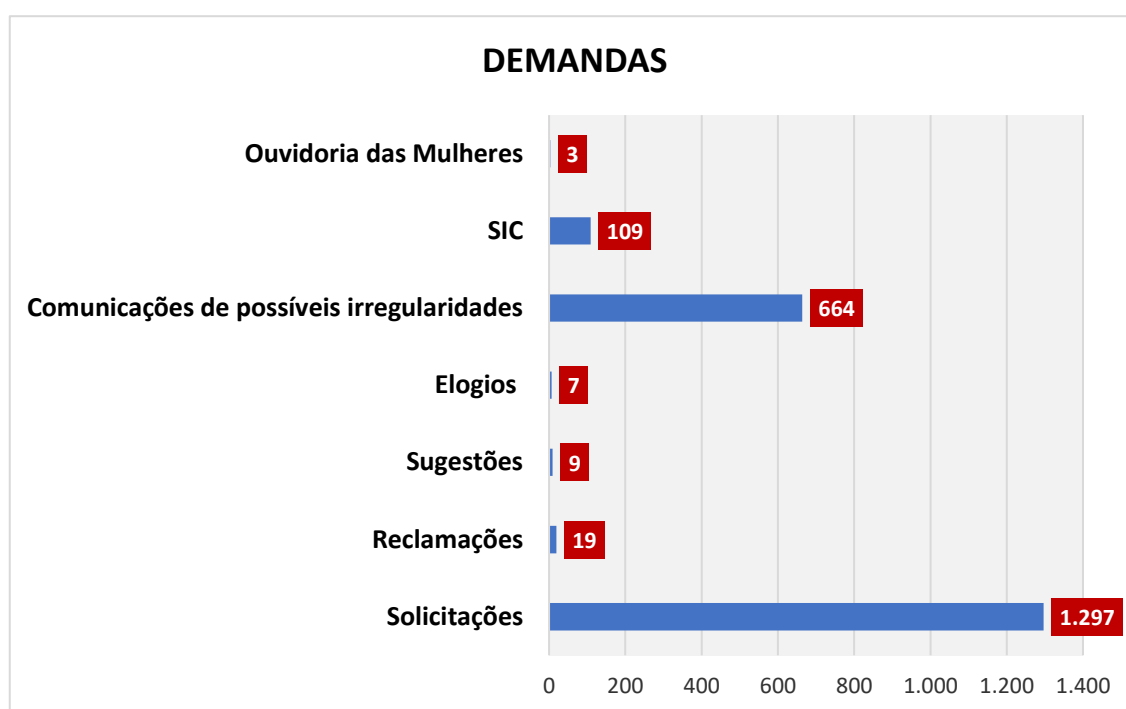
No período, a Diretoria preparou **1.093 despachos** no âmbito do **Sistema SEI (administrativo)**, além de **689 minutas de despachos no e-TCE-SP**.

A DEP também conduziu as tarefas necessárias à realização de **5 Sessões Administrativas do Tribunal Pleno, 177 Sustentações Orais e 316 Memoriais**. Promoveu, ainda, a redação ou análise, conforme o caso, das minutas de Atos Normativos exarados no período.

5.9. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 3/2015, publicada no DOE de 12/3/2015, realizou **1.999 atendimentos**, neste trimestre. A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**, que, no período, processou **109 pedidos** de informações. Abaixo, quadro resumo dos atendimentos realizados:

Gráfico 4 - Atendimentos realizados pela Ouvidoria



Registre-se, ainda, o total de **1.996 chamados abertos**. Houve um aumento de 6,62% no número de chamados abertos e 4,10% de chamados respondidos em relação ao segundo trimestre de 2025.

5.10. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

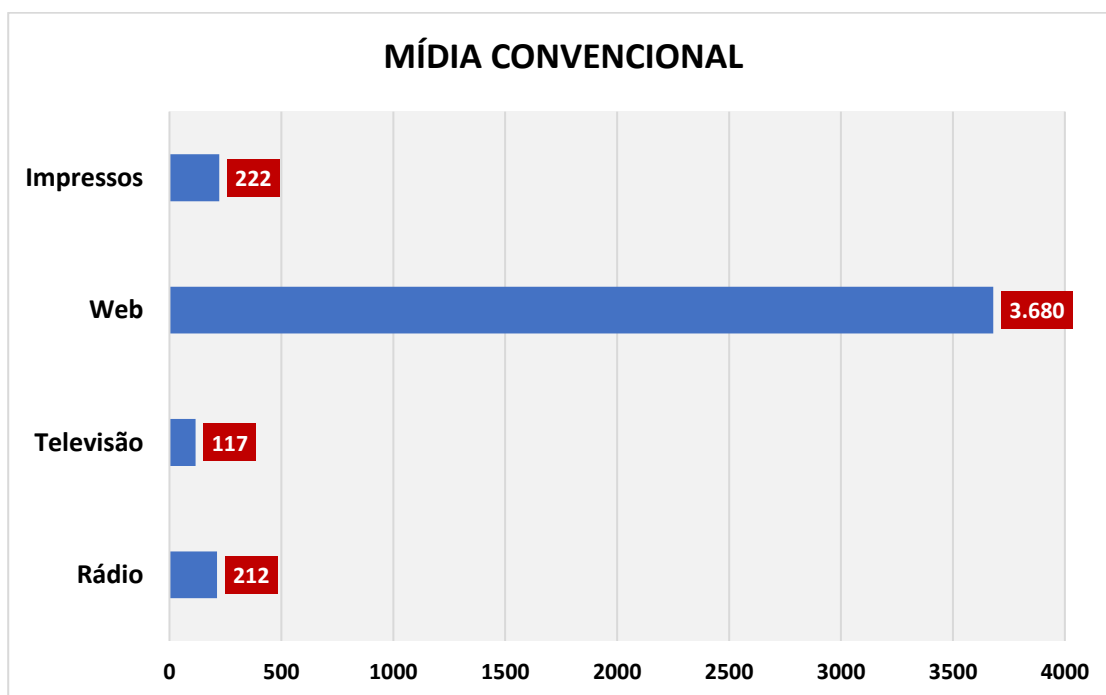
Conforme estabelecido pela **Resolução nº 06/2021**, a Controladoria do TCE SP atua como o órgão central do Sistema de Controle Interno do Tribunal. A sua função primordial é assessorar a Presidência e os gestores internos, **zelando pela observância dos princípios constitucionais da administração pública**, o que envolve avaliar o cumprimento das metas orçamentárias, comprovar a legalidade, eficácia e eficiência da gestão financeira e patrimonial, e **promover o gerenciamento de riscos e a melhoria contínua da qualidade do gasto público** dentro da estrutura do próprio TCE SP.

5.11. DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – DCS

Instituída pela Resolução nº 22, de 12 de dezembro de 2023, a Diretoria de Comunicação Social do TCESP é responsável por desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do Tribunal, promovendo o fluxo adequado de informações entre o público externo, os jurisdicionados e os servidores. Dentre as atividades promovidas no período, destacam-se:

CLIPPING: a DCS utiliza-se de ferramenta de clipagem de conteúdo para monitoramento e análise de menções feitas ao TCESP na mídia convencional, abrangendo televisão, rádio, jornais e revistas (impressos e em meio eletrônico), *sites* noticiosos, *blogues*, entre outros. No terceiro trimestre, foram **4.231 registros na mídia convencional**.

Gráfico 5 - Menções feitas ao TCESP na mídia convencional



NEWSLETTER: a Diretoria também é responsável pela produção de *newsletters*, com periodicidade semanal, com as principais notícias, decisões e julgamentos. No período, foram produzidas **13 newsletters**, enviadas a **30.459 contatos**, sendo **29.149 externos e 1.310 internos** (servidores na Capital e nas Unidades Regionais).

PUBLICAÇÕES: no período, foram publicadas no *site* institucional e no Portal do Servidor **179 notícias** relativas a julgamentos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno), agenda, seminários, cursos, eventos internos e externos, e de interesse do servidor. Ademais, foram veiculados **764 publicações em redes sociais**, **13 comunicados internos**, realizadas **47 inserções no calendário** – obrigações dos jurisdicionados e eventos promovidos pela Corte –, e divulgadas **54 fotos-legendas**. A DCS também é responsável pela produção gráfica, editoração eletrônica, diagramação e veiculação de manuais e de materiais de cunho institucional. No período, foram disponibilizadas **24 publicações**, sendo **16 artigos**, **5 boletins**, **2 cartilhas** e **1 relatório**. Por fim, a DCS fez **81 postagens no Microsoft Teams** – canal por onde informa os servidores sobre eventos, comunicados, campanhas, novidades e acontecimentos da Corte – e enviou **55 mensagens pelo canal “Comunicação TCESP” do WhatsApp** corporativo. A plataforma Google Analytics, com a unificação de notícias nos Portais do Servidor e Institucional, registrou **354.463 usuários** e **2.421.633 visualizações**.

PRODUÇÃO GRÁFICA E EDITORIAL: no terceiro trimestre, foram desenvolvidas pela DCS **409 peças gráficas/editoriais** (artes), digitais e/ou impressas.

CONTEÚDO AUDIOVISUAL: ao todo, foram produzidos **121 conteúdos audiovisuais**, englobando a supervisão de entrevistas e gravações; o desenvolvimento de reportagens em vídeo (*videotape/VT*); produção de programas e séries que tratam de assuntos relacionados ao escopo de atuação do TCESP; gravação de *podcasts*; entre outros conteúdos digitais para o público interno e/ou externo. O material produzido é divulgado na TVTCE, no canal do YouTube, na Rede TCESP e em outras redes sociais (Instagram, Facebook e TikTok). Além disso, foram disponibilizadas **6.955 fotos** do TCESP na conta oficial do órgão no Flickr, o que gerou um total de **6.770 visualizações**.

CERIMONIAL: a Seção de Cerimonial é responsável por acompanhar a agenda da Presidência (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP. No trimestre, o Cerimonial atuou em **6 eventos externos e 17 internos**, elaborando roteiros e prestando suporte técnico protocolar.

5.12. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE – Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

5.13. ASSESSORIA POLICIAL CIVIL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Instituída pelo Decreto nº 68.806, de 26 de agosto de 2024, a Assessoria Policial Civil do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foi criada para garantir apoio policial institucional ao TCESP, assegurando suporte técnico e operacional para suas atividades de fiscalização, auditoria, diligências externas e, quando cabível, encaminhamento e acompanhamento de fatos de natureza policial.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **terceiro trimestre de 2025**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES
PRESIDENTE

ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP

Com o objetivo de difundir novas ações, novos procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<https://www.tce.sp.gov.br/comunicados>

Tabela 14 - Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
GP	23/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	7/7/2025
GP	24/2025	Cadastramento e autuação de Instrução de Representação (B28)	10/7/2025
GP	25/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	18/7/2025
GP	26/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	25/7/2025
GP	27/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	1/8/2025
GP	28/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	8/8/2025
GP	29/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	25/8/2025
GP	30/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	5/9/2025
GP	31/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	12/9/2025
GP	32/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	19/9/2025
GP	33/2025	Lista de Representações com Medidas Cautelares submetidas ao Tribunal Pleno	26/9/2025

Tabela 15 - Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	DOE-TCESP
SDG	45/2025	Entidades proibidas de novos repasses	3/7/2025
SDG	46/2025	Volume de processos julgados no 2º trimestre do exercício de 2025	14/7/2025
SDG	47/2025	Entidades proibidas de novos repasses	4/8/2025
SDG	48/2025	Alertas de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao terceiro bimestre (RRO) do ano de 2025	14/8/2025
SDG	49/2025	Nova composição do Tribunal Pleno e das Câmaras Julgadoras	28/8/2025
SDG	50/2025	Instituição de Fundos Municipais de Saneamento – Municípios Participantes da URAE-1	28/8/2025
SDG	51/2025	Primeira Infância Primeiro no PPA	28/8/2025
SDG	52/2025	Transferegov - Portaria Conjunta MF/MGI nº 15, de 28 de julho de 2025	28/8/2025
SDG	53/2025	Complementação VAAT/Fundeb	28/8/2025
SDG	54/2025	Retrato da Educação Infantil	1/9/2025
SDG	55/2025	Entidades proibidas de novos repasses	3/9/2025



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo